

# **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PNS 2019**

**Renata Adele de Lima Nunes<sup>1</sup>; Marizângela Lissandra de Oliveira Santiago<sup>2</sup>; Raimunda Hermelinda Maia Macena<sup>3</sup>.**

<sup>1</sup>Mestre em Saúde Coletiva, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, Ceará.

<sup>2</sup>Doutoranda em Saúde Pública, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará.

<sup>3</sup>Doutora em Ciências Médicas, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará.

**PALAVRAS-CHAVE:** Epidemiologia. Sistemas de Informação em Saúde. Agravos de notificação.

**ÁREA TEMÁTICA:** Saúde Coletiva

**DOI: 10.47094/IICONRES.2022/30**

## **INTRODUÇÃO**

A violência contra a mulher constitui um problema de saúde pública. Com o potencial de impactar sobre a saúde e bem-estar da mulher pelo resto de sua vida, a violência contra a mulher continua generalizada e já começa entre as jovens, afetando, principalmente, mulheres que vivem em países de baixa e média renda (OMS, 2021).

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), que consiste em um inquérito de base domiciliar de âmbito nacional, realizado pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletou informações referentes à violência sofrida pela população brasileira, estratificando em várias categorias, como sexo, idade e local de moradia, por exemplo. Tal pesquisa coleta informações que, em sua maioria, não são registradas nos sistemas de informações em saúde, possibilitando a consolidação de informações capazes de viabilizar o monitoramento de morbidades e seus fatores de risco e proteção, assim como auxiliar a elaboração de políticas públicas em busca do alcance de maior efetividade das ações de saúde (STOPA; SZWARCOWALD; OLIVEIRA; GOUVEA *et al.*, 2020).

Nesse sentido, diante da elevada prevalência de violência contra a mulher brasileira, este estudo tem como objetivo fazer uma breve descrição do fenômeno, a partir dos resultados da PNS 2019, com foco na prevalência, impacto nas suas atividades habituais das vítimas e busca por atendimento médico.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de estudo ecológico e descritivo, utilizando dados secundários da PNS do ano de 2019 (PNS 2019). A PNS surgiu da necessidade de obtenção de informações mais específicas a respeito da vigilância e da assistência em saúde, configurando um inquérito específico para a saúde, atendendo às prioridades do Ministério da Saúde (BRASIL, 2021). Ela foi realizada com a população residente nos domicílios particulares de áreas urbanas e rurais, utilizando como período de referência os últimos doze meses considerando o dia da coleta das informações, a qual se deu no período de agosto de 2019 a fevereiro de 2020 (STOPA; SZWARCWALD; OLIVEIRA; GOUVEA *et al.*, 2020). Os resultados da pesquisa foram obtidos no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), referentes ao Módulo V (dados sobre violência), cujos dados de número absoluto e prevalência foram salvos como planilha do Excel for Windows, com posterior construção de uma tabela (SIDRA, 2022).

Foram descritos os seguintes eventos ocorridos na população feminina de 18 anos ou mais: mulheres que sofreram violência nos últimos 12 meses; mulheres que deixaram de realizar suas atividades habituais em decorrência dessa violência; mulheres que tiveram alguma consequência para a saúde em decorrência dessa violência e que procuraram algum atendimento médico; mulheres que procuraram e receberam atendimento médico em decorrência dessa violência. Os dados foram estratificados conforme situação do domicílio - urbano e rural – sendo realizada uma análise descritiva.

Por se tratar de dados de domínio público, esta pesquisa dispensa aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os dados apontam que, em 2019, estimou-se que a violência acometeu 16,3 milhões de mulheres maiores de 18 anos (19,4% da população feminina). Além disso, a prevalência da violência foi maior entre as mulheres do meio urbano (19,8%), comparadas às do meio rural (16,2%), conforme tabela 1.

Das mulheres que sofreram violência no Brasil em 2019, 15,4% deixaram de realizar suas atividades habituais em decorrência dessa violência. Embora a violência tenha sido mais prevalente na zona urbana, as mulheres da zona rural ficaram mais incapacitadas para realizar suas atividades habituais (19,8%).

Outro dado importante observado na tabela 1 é a estimativa de que apenas uma pequena parcela das mulheres vítimas de violência que tiveram alguma consequência para a saúde procurou atendimento médico (16,9%), com as mulheres da zona rural buscando menos o serviço de saúde (14,8%), quando comparadas com as da zona urbana (17,1%). No entanto, quase todas que procuraram (90,9%), receberam o atendimento buscado, independente da localização do domicílio.

**Tabela 1** – Caracterização da violência contra a mulher no Brasil (PNS, 2019).

Variáveis	n (mil mulheres)	%
<b>Sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses</b>	<b>16398</b>	<b>19,4</b>
Urbano	14739	19,8
Rural	1659	16,2
<b>Deixaram de realizar suas atividades habituais</b>	<b>2532</b>	<b>15,4</b>
Urbano	2204	15,0
Rural	328	19,8
<b>Tiveram alguma consequência para a saúde e procuraram atendimento médico</b>	<b>1635</b>	<b>16,9</b>
Urbano	1.478	17,1
Rural	157	14,8
<b>Procuraram e receberam atendimento médico</b>	<b>1486</b>	<b>90,9</b>
Urbano	1343	90,9
Rural	143	90,9

Fonte: SIDRA (2022).

Percebe-se que a violência contra a mulher nem sempre fica visível ao serviço de saúde. Em se tratando do cenário rural, a violência contra as mulheres assume contornos mais graves, visto a singularidade, anonimato e isolamento das vítimas, agravados pela distância geográfica em relação à área urbana (COSTA; LOPES, 2012). Além disso, há que se ponderar as dificuldades de acesso das mulheres rurais aos serviços da rede de atendimento, geralmente localizados na área urbana. Todos esses fatores concorrem para que a violência contra as mulheres no meio rural permaneça invisibilizada (ARBOIT; COSTA; SILVA; COLOMÉ *et al.*, 2018).

Geralmente, o agressor das mulheres são o parceiro íntimo e/ou um familiar, comumente do sexo masculino, como pai, tio ou irmão (NOGUEIRA; PEREIRA, 2017), cujo vínculo afetivo/familiar faz com que, muitas vezes, a violência permaneça obscurecida. Em pesquisa nacional sobre mulheres, realizada pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, em 2001, foi identificado que, em quase todos os tipos de violência, mais da metade das mulheres não pedia ajuda, com esta ocorrendo, somente, em casos mais graves, como ameaças com armas de fogo e espancamentos. Nestas situações, elas recorriam, geralmente, a outra mulher (familiar ou amiga), enquanto os casos de denúncia pública eram ainda menos frequentes (VENTURI; RECAMÁN, 2004). Dentre os fatores que desencorajam a denúncia, pela própria mulher, da violência sofrida, estão: dependência afetiva e econômica do agressor, que geralmente é o parceiro; medo da possibilidade de novas agressões; falta de confiança nas instituições públicas responsáveis, que geralmente carregam vestígios de ideologia patriarcalista; falta de apoio familiar para a denúncia, sendo esta vista como uma violação da integridade familiar (CORDEIRO, 2018). Nesse contexto, formas de violência mais sutis, como casos menos graves de violência física e, sobretudo, a violência psicológica, representam o maior desafio em termos de notificação. Por não deixar marcas visíveis, as vítimas, muitas vezes, relutam em buscar ajuda nos serviços de saúde, principalmente no contexto de violências sofridas por parcerias estáveis (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA; FRANÇA-JUNIOR; DINIZ *et al.*, 2007).

## CONCLUSÃO

As mulheres constituem uma população vulnerável à violência, e muitas vezes, têm as suas atividades habituais comprometidas por causa dessa violência. Além disso, apenas uma pequena parcela das mulheres atingidas pela violência procura o serviço de saúde, principalmente em áreas rurais. Desse modo, pode-se concluir que muitos casos de violência contra a mulher, apesar das consequências para a saúde, não se tornam visíveis aos meios de notificação.

## PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ARBOIT, J.; COSTA, M. C. D.; SILVA, E. B. D.; COLOMÉ, I. C. D. S. *et al.* Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. **Saúde e Sociedade**, 27, p. 506-517, 2018.

BRASIL. **Pesquisa nacional de saúde : 2019 : acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social.** Rio de Janeiro: IBGE/Ministério da Saúde/Ministério da Economia, 2021. 101 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101800>.

CORDEIRO, D. C. D. S. Por que algumas mulheres não denunciam seus agressores? v.27, p. 365-383, Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/download/17512/8878>.

COSTA, M. C. D.; LOPES, M. J. M. Elementos de integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 46, p. 1088-1095, 2012.

NOGUEIRA, C. R. R.; PEREIRA, P. C. A (re) construção da subjetividade do perpetrador da violência contra a mulher. **Psicologia - Saberes & Práticas**, v.1, p. 93-100, Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/psicologiasaberes&praticas/sumario/60/12122017145517.pdf>.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P.; FRANÇA-JUNIOR, I.; DINIZ, S. *et al.* Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, 41, p. 797-807, 2007.

SIDRA, S. I. D. R. A. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019.** 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pns#Viol%C3%A4ncia>.

STOPA, S. R.; SZWARCOWALD, C. L.; OLIVEIRA, M. M. D.; GOUVEA, E. D. C. D. P. *et al.* Pesquisa Nacional de Saúde 2019: histórico, métodos e perspectivas. v.29, n. 5, p. 1-12, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/RdbtmCHjJGt8xDW6bV3Y6JB/?lang=pt#>.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M. As mulheres brasileiras no início do século XXI. *In: A mulher brasileira nos espaços público e privado.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 15-30. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05629-introd.pdf>.